

Violência naturalizada

Rotina de violência e indiferença enfrentada pelo país é fruto de uma série de processos políticos, históricos e sociais que, infelizmente, extrapolam a figura do presidente Bolsonaro

Em artigo intitulado “[Brasil, uma nação de mortos-vivos](#)”, publicado no blog *Faces da Violência*, mantido no portal da *Folha de S.Paulo*, o diretor presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, criticou a rotina de violência e indiferença enfrentada pelo país e como isso é fruto de uma série de processos políticos, históricos e sociais que extrapolam a figura específica do presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com o seu texto, e que o *Fonte Segura* reproduz com a devida autorização do autor, os dados disponíveis indicam que o Brasil nunca abandonou tal rotina. O que ocorre agora, com as recorrentes manifestações de louvor e incentivo à violência, é que essa recorrência fica ainda mais evidente quando constatamos que, mesmo em uma pandemia, os homicídios cresceram cerca de 6% no primeiro semestre de 2020, em relação ao mesmo período de 2019. E, talvez o mais significativo, é que já são nove meses de crescimento ininterrupto dos homicídios, segundo dados do *Monitor da Violência* recentemente divulgados.

Os homicídios cresceram em 17 estados do país, incluindo São Paulo, que vinha de 20 anos de reduções sucessivas desse tipo de ocorrência. Houve, em São Paulo, um aumento de 4,7% no mesmo período. E isso sem contar as Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, que, somente no estado, cresceram mais de 20% no primeiro semestre deste ano. A mesma coisa se repete com [a violência contra a mulher, que segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#), aumentou durante a Pandemia, mas já vinha de um longo ciclo de crescimento anual.

Aliás, o mesmo FBSP alerta há 14 anos para a falência do modelo de organização da segurança pública brasileira, e nos próximos dias deverá lançar a edição 2020 do [Atlas da Violência](#), uma parceria com o IPEA, com dados que, mais uma vez, explicitarão as recorrentes indiferença política e a naturalização da violência contra negros, mulheres, jovens, população LGBTQI .

Indiferenças que naturalizam, por sinal, o fato de 54% dos registros de estupros no Brasil serem de casos com vítimas com até 13 anos de idade. Crianças sem infância e reféns de uma cultura do estupro são criminalizadas por defensores dos bons costumes e da moral conservadora quando buscam seus direitos, como a menina que foi autorizada a fazer um aborto legal no Espírito Santo, sem que, no entanto, lembremos que a violência está presente no nosso cotidiano como uma das nossas marcas históricas mais perversas.

Violência que aceita a brutalidade policial nas periferias, em geral contra pardos e pretos, quase todos pobres, como na sequência de casos envolvendo a Polícia Militar de São Paulo, que a massificação das câmeras de celulares permitiu que chegassem ao conhecimento da opinião pública, mas que não é novidade nenhuma nas “quebradas” paulistanas, nas favelas cariocas e/ou nas várias denominações dos bairros pobres das cidades brasileiras.

Violência tão naturalizada que nos faz indiferentes também ao fato dos jovens negros terem 2,5 vezes mais chances de serem assassinados e, em uma expressão carioca, ao fim e ao cabo, terem como horizonte de vida a convivência cotidiana com o temor de serem presos ou mortos em operações policiais (operações que, por sinal, colocam os próprios policiais em risco e cujos comandantes, quando questionadas, se eximem de responsabilidade e deixam o policial da ponta com o ônus exclusivo de justificar a sua conduta individual).

Violência que dizima indígenas em nome do combate ao tráfico de drogas ou que é perpetrada na defesa de um modelo de agronegócio predador, que desconsidera inclusive os avanços tecnológicos que um segmento deste mesmo agronegócio, mais moderno e consciente, desenvolveu para o uso social, econômico e ambientalmente responsável de terras; que incentiva a desregulação e desmonta a já precária capacidade fiscalização ambiental das instituições públicas. O caráter estratégico da Amazônia vira sinônimo de paranoia e não de planejamento responsável e análise geopolítica e ambiental de riscos efetiva, sem cabrestos ideológicos.

O profissionalismo militar é substituído pelos medos de parcela de militares das Forças Armadas, enquanto protocolos de cooperação como, por exemplo, o firmado pelo Brasil e pelos EUA para o uso da Base de Alcântara, no Maranhão, ficam opacos. A

sociedade (que olha para a remoção de quilombolas do entorno da base sem saber se esta era a única opção e/ou se ela atende a interesses outros que não os de soberania nacional) e o Congresso ficam às cegas com um tema tão estratégico. Aliás, esse mesmo Congresso não dá a devida atenção ao fato de que cabe a ele o principal papel de supervisão e definição dos mandatos das Forças Armadas e trata de forma burocrática e menos desatenta a proposta de Plano Nacional de Defesa encaminhado para a apreciação dos parlamentares.

Violência que produz situações bizarras como mais de 30 anos de domínio cruel de territórios, com milhões de brasileiros e brasileiras por facções de base prisional ou de milícias e, ao mesmo tempo, petições do Governo do Rio de Janeiro e do Ministério da Justiça e Segurança Pública contra a proibição de operações policiais em comunidades do Rio durante a pandemia que se utilizam de argumentos que beiram o surrealismo, na medida em que são tão exatos para dimensionar ameaças que justificariam tais operações como vagas para explicar as razões pelas quais outros padrões de policiamento, menos violentos e baseados na inteligência, não são adotados.

Inteligência que, nos escaninhos do poder, é assumida na lógica da defesa do Estado e que deu guarida à produção do dossiê contra ex-secretários e policiais antifascistas pela SEOPI (Secretaria de Operações Integradas) e que foi considerada irregular pelo STF, enquanto não há conhecimento acumulado para se compreender as causas dos homicídios e que faz com que, eternamente, fiquemos em uma disputa narrativa entre aqueles que acreditam no peso do crime organizado e os que defendem que as tendências criminais são resultado ou de políticas públicas ou de macrocausas econômicas e demográficas.

Indiferença que torna a violência cotidiana e já visível para milhões de brasileiros em algo intangível e invisível às instituições, que se preocupam mais com seus interesses corporativistas do que com a mudança do cenário de crime e violência - isso para não dizer no liberou geral das armas de fogo em curso no país. Indiferença que se fortalece nas tentações autoritárias de uma sociedade acostumada com a ideia de inimigos internos e cujas preferências antidemocráticas [estavam dadas muito antes do Governo Bolsonaro](#).

O bolsonarismo do presente não é, portanto, algo exclusivo à figura de Jair Bolsonaro. É, infelizmente, um modo de ser e de pensar que tem a adesão de milhões de pessoas e que nos faz refletir sobre quanto anos serão necessários, na melhor das hipóteses, para que a cidadania e a vida sejam valores que refundariam uma nação tão perversamente dócil com a violência e o caos.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-a49xh-8p623-m7siq-gffj5-pbz9d-58ukz-pn3o6-vj75r-xdc2f-4ydkp-m2v-jvuuv-zrbme-g2zya-aymgx-debnm-zpryb-6v6ca-jmayg-g6xse-8botm-e7cbs-35vim-i932x>

